

HEGEMONIA DO CAPITAL IMOBILIÁRIO AFETA A EXISTÊNCIA DOS ENCLAVES VERDES:UM ESTUDO DE CASO DO PARQUE ECOLÓGICO VALE ENCANTADO, EM SALVADOR-BAHIA

Luana Nascimento Santos[1]

Palavras-chave: (Re)produção do espaço; Conflitos ambientais; Parque urbano.

INTRODUÇÃO

Salvador teve sua urbanização pautada nos interesses das chamadas elites locais, que visavam expandir seus ganhos auferidos pelo crescimento da cidade. Aliado a esses atores, a elite política, em um conluio, com suas políticas desenvolvimentistas e neoliberais, fez com que o capital imobiliário se destacasse na (re)produção do espaço urbano da cidade. Esse contexto trouxe um redesenho das políticas públicas que favorece e fortalece à ação dos mercados.

Outro ponto importante é a verticalização da cidade, a criação de enclaves fortificados, a restrição de ocupação e uso do solo, bem como a degradação dos resquícios de Mata Atlântica ainda existente na cidade, como o Parque Ecológico Urbano Vale Encantado (instituído no PDDU de 2008), localizado no bairro de Patamares, em Salvador-BA, às margens das avenidas Pinto de Aguiar, no lado esquerdo sentido orla, e Luiz Viana Filho (Paralela), sentido Aeroporto. No entorno do parque, apresenta um grande enclave. Trata-se do Alphaville I, composto por construções verticais de alto padrão, e também de casas, onde um apartamento chega a custar em média R$ 1 milhão. Vale lembrar que outrora a área construída pertencia ao Vale Encantado.

1 Mestrando do curso de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

Segundo Santana (2021), apesar da luta de ambientalistas e da sociedade, pedaços do parque são consumidos todos os anos pela pressão do capital imobiliário, já que está localizado em uma área de grande valorização que atinge as classes média e alta renda.

No entanto, a Unesco deu o título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) ao Parque Vale Encantado. O título havia sido concedido em 2021, mas devido à pandemia, a cerimônia de entrega só ocorreu em 19 de julho de 2023. Este título foi celebrado por vários coletivos de resistência à preservação do parque e por moradores de toda a cidade, que vem lutando para estabelecer o parque em uma unidade de conservação e proteção integral e um refúgio de vida silvestre. Agora com o RBMA ocorrerá uma maior importância para a preservação da biodiversidade, desenvolvimento de atividades de pesquisa e uma fiscalização ambiental adequada.

É nesse sentido que este trabalho parte do problema da relação entre o capital imobiliário com a (re)produção do espaço urbano de Salvador, sobretudo entorno do Parque Ecológico Vale Encantado, e a ocorrência de conflitos socioambientais.

A justificativa da pesquisa está na relevância do tema que intersecciona a (re)produção do espaço urbano em um vetor de grande expansão de Salvador, bem como analisa os conflitos ambientais e a resistência de coletivos e da população para a preservação de um Parque Ecológico.

Espera-se que os resultados desta pesquisa demonstrem como o capital imobiliário interfere na (re)produção do espaço no entorno do Parque Ecológico Vale Encantado, bem como os conflitos e medidas de resistências estão ocorrendo para se preservar o referido parque, além de identificar os atores envolvidos neste processo.

O artigo analisar como o capital imobiliário interfere na (re)produção do espaço no entorno do Parque Ecológico Vale Encantado, e quais os conflitos e medidas de resistências estão ocorrendo para se preservar este enclave natural, além de identificar os atores envolvidos neste processo.

Discussões e Resultados Fundamentação Teórica

Este trabalho tem como foco analisar como o capital imobiliário interfere na (re)produção do espaço no entorno do Parque Ecológico Vale Encantado, em Salvador, estado da Bahia, e quais os conflitos e medidas de resistências estão ocorrendo para se preservar este enclave natural, além de identificar os agentes envolvidos neste processo. Assim, a relevância do tema (acadêmica e socialmente) está na intersecção entre a crítica sobre a (re)produção do espaço e os conflitos ambientais urbanos exercidos pelo capital imobiliário.

Para embasar esta pesquisa, os conceitos de espaço urbano, (re)produção do espaço e conflitos ambientais são utilizados sob uma perspectiva crítica. As principais teorias e conceitos giram em torno da dialética marxista. Existem diversos trabalhos neste campo científico, no entanto, poucas pesquisas envolvem a área de estudo – Parque Ecológico Vale Encantado –, já que está submersa em um novo vetor de grande expansão imobiliária de Salvador.

Nesse sentido, é relevante citar Milton Santos (2006, p. 39), que afirma que o espaço “é um conjunto indissociável e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o único quadro no qual a história se dá”. O espaço deve ser estudado como um todo (objetos naturais) e a relação homem com esses objetos e sua produção (objetos fabricados), levando em consideração o

tempo. Para Santos (2006), os objetos criados levam, através do sistema de ação (as relações sociais), a uma nova produção e, portanto, o espaço se transforma e se reproduz.

O conceito de produção do espaço foi desenvolvido pelo sociólogo francês Henri Lefebvre em 1976. Partindo do marxismo, para o autor supracitado, o espaço é o resultado do trabalho humano e de sua divisão, assumindo que o espaço é produto das relações sociais e, portanto, está ligado indissociavelmente ao tempo histórico (Lefebvre, 2006).

David Harvey (2005) analisa o espaço urbano como produto das relações sociais que ocorrem através da ação de diferentes atores que têm agendas e interesses distintos. O espaço é a concretização da vida social, de suas relações.

No entendimento da produção capitalista da cidade, levando em consideração a teoria do valor de uso em Marx, Harvey (2005) discute a sobreposição do valor de uso do solo urbano sobre o valor de troca e a dimensão utópica. Assim, deixa evidente que é necessário a superação da sociabilidade hegemônica da cidade como mercadoria.

Para Carlos (2015), a (re)produção ocorre devido ao desenvolvimento do capitalismo e do neoliberalismo, que realiza o seu objetivo histórico, a (re)produção. O espaço é produzido enquanto mercadoria, surgindo uma nova forma de apropriação do espaço que orienta a ocupação, a lógica do capital. Isso gera espaços cada vez mais fragmentados e explorados, consoante ao propósito daqueles que o produzem. O espaço é uma mercadoria com valor de uso e valor de troca, bem como todos demais produtos da relação capitalista baseados na força do trabalho humano.

Esta fragmentação acontece a partir do conjunto de diferentes formas: áreas residenciais, parques industriais, áreas de lazer etc., e o campo de lutas, porque a (re)produção do espaço não é algo pacífico, pelo contrário, é um processo conflituoso, pois os agentes têm interesses divergentes e, portanto, exercem práticas diferentes a fim de alcançar seus objetivos.

Roberto Lobato Corrêa (2005, p. 11) trouxe também importante entendimento sobre o espaço urbano, ao considerá-lo como “[...] fragmentado, articulado, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas”. Um produto que é o fruto das ações exercidas pela sociedade ao longo do tempo.

O espaço é produzido por diferentes agentes: os proprietários dos meios de produção; proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 2005). Essa multiplicidade de agentes, com diferentes hierarquias de poder, interesses e necessidades, estabelecem contradições, conflitos e disputas desiguais pelo espaço urbano.

A respeito do Estado, é sempre importante salientar que sua atuação pode ser variada e contraditória. Pode atuar simultaneamente como consumidor, promotor, proprietário fundiário e como regulador do uso do território. Contudo, a sua atuação mais explicita é a de implantação de infraestruturas necessárias importantes para a produção do espaço urbano, como: estradas, rede de esgoto, água e energia elétrica, além de serviços públicos, sendo os mais importantes: a coleta de lixo, segurança, educação e saúde. Essas infraestruturas e políticas públicas investidas pelo Estado aumentam significativamente o valor da terra urbana.

Associado aos conflitos resultantes desta (re)produção do espaço e a uma concepção de natureza que não se dissocia do ser humano, na qual a produção do espaço se posiciona enquanto problemática central, podemos trazer autores como Leff (2021), que

revela que a produção do conhecimento para o enfrentamento do poder econômico-político hegemônico é parte de uma solução de equilíbrio entre forças. Assim, do ponto de vista do poder que instrumentaliza o saber para a dominação do outro, tem na ecologia política o campo em que estratégias de poder são concebidas e lutas sociais são implantadas a fim de abrir novos caminhos para a sobrevivência e a construção de um futuro sustentável.

Existe na natureza uma riqueza imutável que traz pobreza quando explorada e não devidamente distribuída. Essa parece ser a carga da lógica capitalista. Ressalte-se que a natureza se mostra sustentável enquanto provedora das necessidades de povos que nela habitam, proporcionando ciclos virtuosos que seguem produzindo e reproduzindo metabolismos dentro de ecossistemas sustentáveis. Qualquer interferência externa gera impactos que podem se agravar, ocasionando desequilíbrios, e, mais grave ainda, vir a resultar em conflitos ambientais.

Os conflitos ambientais são cada vez mais frequentes devido à ampliação de tensões pela promoção aos recursos naturais, já que a produção de mercadorias estimula confrontos pelo uso e apropriação da natureza (Pichetti; Martendal; Souza, 2023).

Qualquer atividade econômica ou da implementação da infraestrutura de natureza pública, ou privada desenvolvida no espaço não se dá de modo estéril, produz custos econômicos e impactos ambientais reverberando sobre agentes que precisam ser identificados, assim como devem ser mapeadas as atividades a serem desenvolvidas, a dinâmica dos possíveis conflitos causados, as disputas travadas pela ocupação e uso do solo e as possíveis superações a serem projetadas para que se encontre verdadeiramente a "paz social" (Souza, 2019, p. 189).

Nesse sentido, há forças que se impõem materializando seus próprios interesses sobre ambientes que vivem muitos outros seres, afetando-lhes o organismo físico, químico e biológico. Isso se conecta a um poder econômico que demanda por espaços cada vez mais abrangentes. Consequentemente, há um desequilíbrio causado por estas forças sobre as que lhes opõem, resultando na crise ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostra como os problemas relacionados à urbanização da cidade de Salvador impedem a existência de parques, que são considerados uma parte importante das áreas protegidas do bioma Mata Atlântica.

Planejadores urbanos e ativistas socioambientais disseram que as leis de “boiadas urbanísticas” para alterar a Lei do PDDU e a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo de Salvador carecem de pesquisa técnica e participação popular.Com a perda de grande parte da vegetação da Mata Atlântica, a qualidade de vida na cidade é muito pequena.

Ao garantir a presença de espaços verdes no ambiente urbano, através do planeamento e gestão paisagística, a sociedade pode fornecer serviços ecossistêmicos necessários para qualidade ambiental, tais como no conforto térmico e sonoro, na melhoria da qualidade do ar, da água, na proteção do solo, promoção de espaços destinados à educação, recreação etc.

Assim, a cidade de Salvador foi construída sobre a imponente Mata Atlântica, que está em constante perigo. Para preservar áreas como o Vale Encantado e outras áreas de floresta na cidade, é fundamental construir corredores ecológicos. Tais corredores serão

essenciais para preservar os serviços ecossistêmicos essenciais para a sobrevivência das espécies e para o bem-estar da comunidade local. É recomendado restaurar a vegetação nativa em pedaços de florestas, áreas verdes de residências e vias públicas na Zona de Amortecimento do Vale Encantado para aumentar a variedade de plantas e criar um ambiente mais favorável à vida selvagem.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas. *In*: ACSELRAD, Henri. *et al*. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri. (org.). **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 25-36.

CORRÊA, Roberto. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 2005.

HARVEY, David. Do gerenciamento a transformação ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 39, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos, 2006 [1976].

LEFF, Enrique. **Ecologia Política**: Da desconstrução do capital à territorialização da vida. SciELO-Editora da Unicamp, 2021.

PEREIRA, Cláudio Smalley Soares. Qual o lugar da natureza na teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre? Algumas reflexões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 25, p. 1-31, 2023.

PICHETTI, Roni Francisco; MARTENDAL, Anandra Gorges; SOUZA, Ana Clara Medina Menezes. Justiça e Ética Ambiental: uma análise teórica. **Anais**... Enanpur, Belém, maio 2023. Disponível em: https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st11-19.pdf Acesso em: 26 abr. 2024.

SANTANA, Mariana de Oliveira. **A (re)produção do espaço urbano na orla atlântica de Salvador/BA a partir da ótica do capital imobiliário**: coalizões e impactos na governança. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.